tomou a palavra e passou a discutir a questão do horário da reunião do Conselho, foi aberta a discussão e foi definido pela maioria a mudança de horário para às dezoito horas. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às vinte horas e vinte e oito minutos. E para constar, eu, Telma Terezinha Lopes Costa, segunda secretária, lavrei esta ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos presentes, em folha anexa.

Ata da 7º Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu –PR, realizada no dia 27 de outubro de 2021, nas dependências do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu, situado a Rua 07 de setembro, 713 - sala 5, Galeria Ravena.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um, nas dependências da sala do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu, teve início a reunião presencial do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu; que contou com a presença de treze conselheiros. A mesma foi presidida pelo Sr. Antônio Paz dos Santos, que colocou em votação a Ata da reunião anterior, e que foi aprovada. Em seguida, informou aos conselheiros sobre uma deliberação "ad referendum", ou seja, que a mesa diretora tomou de forma isolada, devido à urgência da situação, mas que necessita da aprovação posterior do Conselho. O mesmo faz a leitura do referido documento que se refere à aquisição de duas ambulâncias no valor de cento e setenta mil reais cada, totalizando o valor de trezentos e quarenta mil reais. O pleno do Conselho aprova a aquisição. A segunda secretária Telma Terezinha Lopes Costa faz uma observação, de que após a viagem da secretária de Saúde de Mandaguaçu Francielli Lima Dário a Curitiba, em conversa com o secretário de Saúde do Estado, o mesmo afirmou que esse recurso pode ser remanejado e ser utilizado para a aquisição de uma ambulância tipo B, com a junção de outros recursos, como o sinistro das duas ambulâncias que sofreram acidentes; de forma que o município consiga iniciar o serviço do SAMU. O Sr Antônio passa a palavra para a primeira secretária Samira Grossi de Souza Bueno para que faça a leitura de dois ofícios da Secretaria de Saúde para que haja deliberação do Conselho. Um se refere a Habilitação do Município para receber incentivo financeiro de custeio e investimento na aquisição de equipamentos de reabilitação multiprofissional, da Rede de Atenção da Pessoa com Deficiência e Reabilitação da Síndrome Pós-Covid, Programa do Governo do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo; no valor total de trinta mil reais, sendo dez mil reais no incentivo financeiro para custeio e vinte mil reais do incentivo financeiro para investimento. Que os equipamentos a serem adquiridos foram solicitados pela fonoaudióloga e pelos psicólogos e que estão detalhados no ofício lido. Em seguida, a primeira secretária faz a leitura do segundo ofício, que trata de recursos pendentes de uso, provenientes de Emendas Parlamentares e que se pretende adquirir um gerador de energia e três bombas de infusão. A segunda Secretária Telma reafirma que esses valores estão há muito tempo parados e tem prazo para que seja gasto, informa sobre a transferência de uma funcionária da educação para a Saúde, a Érica, que agora é a responsável pela Gestão dos Recursos de Investimento. Telma fala da importância de se ter uma pessoa capacitada, somente para lidar com as licitações, que tem que ter interesse, disposição, comprometimento e responsabilidade, pois esse setor da saúde já teve quatro pessoas responsáveis neste ano. Que ela é funcionária de carreira e que temos esperança de realizar um trabalho de qualidade. Que a licitação de gerador já deu deserto uma vez e que não foi refeito o processo; mas que uma vez dando interessados, poderemos, se houver recurso disponível, adquirir outros geradores, para outras UBS. Há o questionamento de um conselheiro, sobre as quedas de energia que aconteceram após temporais. Foi esclarecido que na UBS Central há duas redes de energia, que no prédio da Odontologia, a energia se manteve, mas que logo foi

restituída em toda a UBS. Que situações como essas, comprovam a necessidade de aquisição dos geradores de energia. O Presidente Antônio coloca em votação os dois ofícios, que são aprovados. Explica que será feita a resolução do Conselho e enviada, para que seja publicada em diário oficial do Município e anexado ao processo de compras. Telma faz um comunicado extraoficial sobre a pactuação das AIH - Autorizações de Internações Hospitalares, que o Hospital Metropolitano de Mandaguaçu ainda não se credenciou ao SUS, lembra que o Conselho autorizou a volta de setenta e oito AIH há oito meses, que as cirurgias eletivas foram liberadas em agosto, mas que até agora não conseguimos agendar os pacientes. Que a 15ª Regional quando questionada, diz que essa decisão está parada em Curitiba, e não sabe explicar o que acontece com o Hospital Metropolitano de Mandaguaçu, o porquê de tanto desinteresse. Que em conversa entre o SR Antônio e a mesma, com o setor de agendamento, surgiu a opção de se retirar as referidas AIH desse Hospital e transferir para outros. A secretária de saúde Francielle conversou com o diretor do Hospital e disse estar sendo pressionada pelo Conselho para que seja tomada alguma medida quanto às AIH. Que recebeu orientações da 15ª Regional para que oficializasse a solicitação. Telma informa, ainda, que temos dez AIH, no Hospital Metropolitano de Sarandi e que só estamos conseguindo utilizar cinco por mês, que não abrem vagas para a utilização das demais. Que não se consegue entender o porquê de não se credenciarem ao SUS, mas que não podemos ficar sem as cirurgias. Fala que o ofício enviado pela secretária sinaliza a intenção de descredenciamento e que estão aguardando os trâmites. Que como alternativa poderemos levar de volta as AIH para Colorado; que Nova Esperança agora seria uma alternativa também; assim como Maringá, que tem um valor maior de custo de AIH, que então perderíamos em quantidade. Telma deixa clara a possibilidade de o Conselho ser convocado para reuniões extraordinárias para deliberar sobre tal assunto. Telma passa a realizar uma explanação, por conta de alguns questionamentos de ordem financeira de conselheiros em grupo de WhatsApp. A segunda secretária preparou um material sobre Orçamento Público relatando que ele é "meio que uma peça de ficção", que o orçamento é uma estimativa de receitas, pois é previsto com muita antecedência. Que é como que uma simulação de uma situação que irá acontecer. Fala sobre as Leis que regem esse Orçamento, o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Explana sobre Dotação Orçamentária e as manobras que podem ser feitas, legalmente, e com a aprovação da Câmara de Vereadores, caso se necessite transferir um recuso de um Departamento para outro, por exemplo. Fala que o maior problema é quando a Dotação acaba e não quando acaba o dinheiro. Fala da importância dos relatórios quadrimestrais para que no final dos quatro quadrimestres seja elaborado o RAG (Relatório Anual de Gestão); que dentro deles conseguimos ter todas as informações financeiras da Saúde do Município, que esses dados são transferidos todos para o DIGISUS, um sistema no qual quem insere as informações é um técnico do Município e o Gestor homologa tais informações. Que tanto a Secretaria de Saúde quanto o Conselho fazem suas análises e considerações. Comenta novamente sobre a indisponibilidade do SIOPS; e das dificuldades de se refazer os cadastros de acesso ao DigiSUS, que segundo informações da Regional, teriam sido invadidos por hackers, por isso tamanha dificuldade de se cadastrar a nova gestora, técnicos e conselheiros no sistema de informações. O presidente encerra a reunião as dezenove horas e cinquenta e cinco minutos com a presença de 12 Conselheiros e, para constar, eu Samira Grossi de Souza Bueno, primeira secretária, lavrei essa ata que segue assinada por mim e por todos os presentes, no livro de presença.